



**Confederação
Brasileira
Do Desporto
Universitário**

CBDU

Folha nº 1

Rub. _____

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO – CBDU

SETOR DE AQUISIÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2024

**REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO, SOB DEMANDA, DE EMPRESA ESPECIALIZADA
VISANDO O FORNECIMENTO DE ITENS PERSONALIZADOS PARA UTILIZAÇÃO EM EVENTOS
ESPORTIVOS DA CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO – CBDU**

**BRASÍLIA/DF, 23 DE FEVEREIRO DE 2024
ÀS 09 HORAS**

 **WWW.CBDU.ORG.BR**

 **/CBDU.BRASIL**  **@CBDU**

 **@CBDU**  **/CBDUTV**

TEL: + 55 61 3447-1113

E-MAIL: CBDU@CBDU.ORG.BR

SGAN 905, MÓDULO E. BRASÍLIA / DF - CEP: 70.790-054



PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 06/2024.

A **Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU**, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 42.467.787/0001-46, neste ato representado por seu Presidente **Luciano Cabral**, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados que realizará processo seletivo, na modalidade **PREGÃO**, par **Registro de Preços**, na forma **ELETRÔNICA**, com critério de julgamento **MENOR PREÇO POR LOTE E ITEM**, regida pela Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

1. DA ABERTURA

1.1. A abertura do certame será na data, hora e local abaixo:

DATA: 23/02/2024.

HORÁRIO: 09h00min (horário de Brasília)

LOCAL: www.novobbmnet.com.br

1.2. Apesar das disposições constantes na plataforma da BBMNET, o presente processo seletivo será regido pela Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário.

1.3. O Pregão será realizado por meio da INTERNET, mediante condições de segurança, criptografia e autenticação em todas as suas fases.

2. DO EDITAL

2.1. O Edital e Anexos encontram-se disponíveis para conhecimento e obtenção pelos interessados no site da CBDU (www.cbdu.org.br), na plataforma da BBMNET (www.novobbmnet.com.br) ou por e-mail (selecao@cbdubrasil.org.br).

2.2. Todos os horários estabelecidos neste Edital, avisos e durante a Sessão Pública obedecerão, para todos os efeitos, o horário oficial de Brasília – DF.

2.3. Na hipótese de não haver expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do processo seletivo na data marcada, o recebimento e o início da abertura dos envelopes referentes a este Pregão serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Pregoeira em contrário.

3. DO OBJETO DA LICITAÇÃO

3.1. O presente processo seletivo tem como objeto o **Registro de Preços para contratação, sob demanda, de empresa especializada visando o fornecimento de itens personalizados para utilização em**

eventos esportivos da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU, conforme especificações e quantitativos constantes no Anexo I, parte integrante deste Edital.

3.2. O valor máximo estimado para a contratação é de R\$ 175.549,70 (cento e setenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e nove reais e setenta centavos).

3.3. A CBDU não está obrigada a adquirir o quantitativo indicado na intenção de Registro de Preços, reservando-se ao direito de solicitar qualquer quantidade, de acordo com suas necessidades.

4. DAS ESPECIFICAÇÕES

4.1. As especificações dos itens encontram-se dispostas no Termo de Referência (Anexo I), devendo aquelas serem observadas rigorosamente quando da elaboração da Proposta Financeira.

4.2. Em caso de discordância existente entre as especificações técnicas descritas no sistema BBMNET as especificações constantes no Termo de Referência (Anexo I), prevalecerão as últimas.

5. DO LOCAL E PRAZO DA ENTREGA

5.1. As informações quanto ao local e prazo de entrega encontra-se prevista no Termo de Referência (Anexo I) deste Edital.

6. DAS AMOSTRAS

6.1. Poderá ser solicitada à detentora de menor preço, a apresentação de amostra do produto cotado para análise e aprovação da CBDU.

6.2. Para averiguação das amostras a empresa deverá enviar, no mínimo, 01 (uma) amostra de cada item, conforme modelos constantes no Anexo I, no qual serão observados, para fins de aprovação ou reprovação, o seguinte:

- a) O material utilizado na fabricação;
- b) Similaridade com o modelo e especificações apresentadas;
- c) Padrão, Nitidez e Correspondências com as personalizações apresentadas.

6.3. A entrega das amostras deverá, obrigatoriamente, acontecer Sede da CBDU, localizada na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília – DF, CEP: 70.790-054, em até 5 (cinco) dias corridos após a solicitação formal.

6.3.1. Quando solicitado pela empresa, o prazo de apresentação de amostras poderá ser prorrogado uma única vez, desde que devidamente justificado e aceito pela CBDU.

6.4. A empresa que tiver amostra solicitada e não a apresentar ou não o fizer no prazo concedido, será desclassificada do certame e estará sujeita às penalidades previstas neste instrumento e no Edital.

6.5. As amostras poderão ser totalmente inutilizadas durante análise a ser realizada, não cabendo a empresa qualquer cobrança à CBDU.

6.6. A reprovação das amostras apresentadas pela empresa detentora de menor preço não impede a convocação das empresas remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

6.7. Todas as amostras deverão conter etiqueta de identificação com as seguintes informações:

Pregão Eletrônico nº XX/2024

Razão social da empresa participante:

CNPJ da empresa participante:

Amostra do Lote: (indicar o número do lote conforme edital).

6.8. A CBDU informará a empresa participante da aprovação ou reprovação dos itens, em até 02 (dois) dias após o recebimento das amostras.

6.9. A amostra aprovada ficará retida para servir de comparativo do material a ser entregue.

6.10. As amostras reprovadas deverão ser retiradas pela empresa participante em até 5 (cinco) dias após o recebimento do comunicado de reprovação. Caso não sejam retiradas no prazo, serão descartadas.

6.11. O quantitativo das amostras aprovadas será descontado do total de produtos a serem entregues pela vencedora.

7. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

7.1 Poderão participar do presente processo seletivo pessoas jurídicas legalmente constituídas e estabelecidas no território nacional, de ramo compatível com o objeto deste certame e que atendam a todas às condições estabelecidas neste edital e seus anexos e que estiverem previamente credenciadas na plataforma de licitações eletrônicas provida pela Bolsa Brasileira de Mercadorias, por meio do sítio eletrônico www.novobbmnet.com.br.

7.1.1 São destinados EXCLUSIVAMENTE à participação de Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, os itens que possuam valor estimado até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme art. 48, inciso I, da Lei Complementar no 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar no 147/2014;

7.1.2 Considerando que não se trata de processo seletivo exclusivo, é aplicável o empate ficto previsto no art. 44 da Lei Complementar no 123/2006, com redação dada pela Lei Complementar no 147/2014, além dos demais benefícios previstos na referida Lei, serão garantidos às Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI, conforme normas previstas neste Edital.

7.2 As empresas participantes deverão declarar em campo próprio do sistema eletrônico que cumprem os

requisitos legais para a qualificação como ME, EPP ou MEI, e que não se encontram alcançadas por quaisquer das hipóteses previstas no § 4º, do art. 3º, da LC nº 123/2006 com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

7.2.1. A mera declaração como ME, EPP ou MEI ou a efetiva utilização dos benefícios concedidos pela LC nº 123/2006 por empresa participante que não se enquadra na definição legal reservada a essas categorias configura fraude ao processo seletivo, sujeitando a mesma à aplicação das penalidades legais, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

7.3 A empresa participante deverá apresentar endereço para correspondência eletrônica, através do qual serão feitas preferencialmente as comunicações oficiais, tendo a empresa o dever de mantê-lo atualizado e verificá-lo periodicamente. O envio de correspondência eletrônica terá validade para efeitos de contagem de prazos para todos os fins deste edital, bem como da ata de registro de preços e do contrato, conforme o caso.

7.4 Estarão impedidas de participar deste processo seletivo pessoas jurídicas que:

- a) não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) estejam suspensas de participar de processos seletivos de contratação ou contratar com CBDU, suas Sociedades, Associações e Entidades Nacionais de Administração do Desporto Olímpico a ele filiadas e que adotem os procedimentos expostos no Manual de Compras mencionado no texto introdutório a este Edital, durante o prazo da sanção aplicada;
- c) incidam em qualquer das vedações estabelecidas no art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006, que estabelece as hipóteses em que as pessoas jurídicas não podem se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto para Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI;
- d) sejam entidades estrangeiras ou sociedade que não funcionem no país;
- e) cujo estatuto ou contrato social não seja pertinente nem compatível com o objeto deste Pregão;
- f) estejam sob decretação de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- g) consórcio de empresa, qualquer que seja sua forma de constituição;
- h) empregados da CBDU;

7.5 A participação no certame de empresas em recuperação judicial, com plano de recuperação acolhido judicialmente, e empresas em recuperação extrajudicial, com plano de recuperação homologado judicialmente, fica condicionada à apresentação de certidão positiva de recuperação judicial e de certidão

de aptidão econômica e financeira emitida pelo juízo em que tramita a recuperação judicial.

- 7.6 É vedado a qualquer pessoa, física ou jurídica, representar mais de uma empresa participante no presente processo seletivo.
- 7.7 Cada empresa participante apresentará uma só proposta, de acordo com as exigências deste Edital.
- 7.8 A empresa participante arcará integralmente com todos os custos de preparação e apresentação de sua proposta, independente do resultado do processo seletivo.
- 7.9 O CNPJ apresentado pela empresa participante para sua habilitação será, obrigatoriamente, o mesmo a emitir a nota fiscal/fatura correspondente ao fornecimento dos produtos.
- 7.10 A participação no presente processo seletivo implica na aceitação integral e irrevogável dos termos e condições deste instrumento convocatório, dos seus anexos e das normas técnicas gerais ou especiais pertinentes ao objeto deste processo, quanto a prazo de entrega e de validade das propostas e da forma de pagamento.

8. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

- 8.1. Qualquer pessoa física ou jurídica, até 03 (três) dias úteis anterior à data fixada para a abertura da sessão pública poderá solicitar ESCLARECIMENTOS e/ou IMPUGNAR o presente processo seletivo, através da plataforma da BBMNET.
- 8.2. O prazo para impugnação deste Edital é decadencial e as petições protocoladas após o prazo serão consideradas intempestivas.
- 8.3. As respostas aos esclarecimentos e às impugnações apresentadas serão divulgadas pelo sistema eletrônico e vincularão os participantes e a CBDU
- 8.4. Em hipótese alguma serão aceitos entendimentos verbais entre interessados e a Pregoeira, membros da Equipe de Apoio e demais empregados da CBDU.
- 8.5. Eventuais modificações no Edital serão divulgadas pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

9. DO CREDENCIAMENTO

- 9.1 Para participar deste Pregão, a empresa participante deverá credenciar-se na plataforma de licitações eletrônicas provida pela Bolsa Brasileira de Mercadorias, por meio do sítio eletrônico www.novobbmnet.com.br.
- 9.1.1. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão deverão dispor

de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtidas junto ao provedor do sistema, pelo qual poderão também informar-se a respeito do seu funcionamento.

- a) O uso da senha de acesso pela empresa é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante. Não caberá ao provedor do Sistema ou a CBDU responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
 - b) A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
 - c) A CBDU não é unidade cadastradora do Sistema Eletrônico. As empresas interessadas em participar do processo seletivo deverão verificar no site da BBMNET as unidades cadastradoras do sistema para a entrega da documentação pertinente.
- 9.1.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da empresa participante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 9.1.3. Caberá às empresas participantes responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou da CBDU por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

10. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

- 10.1 As empresas participantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente, com os documentos de habilitação exigidos no edital, em campo próprio, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, sem identificação, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.
- 10.2 Até o horário marcado para abertura da sessão, as empresas participantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.
- 10.3 A elaboração da proposta financeira é de inteira responsabilidade da empresa participante, não lhe cabendo a desistência, sob pena de aplicação das sanções previstas neste Edital e/ou na Política de Compras da CBDU.
- 10.4 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, forem omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.
- 10.5 É facultada, em qualquer fase deste processo seletivo, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo. Nos casos de erros formais, vícios sanáveis, é obrigatória

a realização da diligência.

- 10.6 Quaisquer inserções que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão neste Edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se na proposta o que não for conflitante com as disposições aqui contidas.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO

- 11.1 A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo(a) Pregoeiro(a), ocorrerá na data, hora e no sítio eletrônico indicados no preâmbulo deste Edital.
- 11.2 Durante a sessão pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e as empresas participantes ocorrerá **exclusivamente** mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 11.3 Caberá à empresa participante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

12. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 12.1 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando fundamentadamente e com registro no sistema aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 12.2 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, as quais participarão da fase de lance, iniciando-se a fase competitiva.
- 12.3 Será desclassificada a proposta **que identifique a empresa participante.**

13. DA FASE COMPETITIVA

- 13.1 Iniciada a etapa competitiva, as empresas participantes com propostas aceitas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e do valor do lance.
- 13.2 As empresas poderão, durante o horário fixado para o recebimento de lances, oferecer lances sucessivos, com valores inferiores ao último por eles ofertados e registrados no sistema, observados o horário fixado para abertura da sessão e regras estabelecidas neste Edital.
- 13.3 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva responsabilidade da empresa participante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 13.4 Durante o transcurso da sessão pública deste Pregão, as participantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelas demais, vedada a identificação do

detentor do lance

- 13.5 No caso de desconexão com o Pregoeiro no decorrer da sessão de lances do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às empresas participantes para a oferta dos lances. O Pregoeiro, quando possível, dará continuidade à sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 13.6 Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão de lances do Pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.
- 13.7 Neste Pregão, o modo de disputa adotado é o aberto, assim definido no art. 22, inciso I da Política de Compras da CBDU.
- 13.8 Caso a empresa participante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ela ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

14. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 14.1 O critério de julgamento das propostas será o **menor preço por lote e item**.
- 14.2 Encerrada a etapa de lances, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em 1º (primeiro) lugar quanto ao preço, bem como quanto ao cumprimento da especificação do objeto.
- 14.3 **Não será aceita proposta ou lance em valor superior ao estimado.** Se o valor da proposta ou do lance final for superior ao valor estimado, o(a) Pregoeiro(a) convocará a empresa participante para adequar a sua oferta em **valor igual ou inferior ao do estimado**. Caso a empresa participante não aceite, será desclassificada e convocada a empresa participante subsequente.

15. DA NEGOCIAÇÃO

- 15.1 Após o encerramento da etapa de lances, o Pregoeiro poderá solicitar contraproposta diretamente à empresa participante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observando o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação. Não será admitido negociar condições diferentes daquelas previstas neste Edital.
- 15.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais empresas participantes.

16. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 16.1 O Pregoeiro convocará a empresa classificada provisoriamente em primeiro lugar para enviar a Proposta Financeira adequada ao último lance, no prazo de até 01 (uma) hora e, quando necessários, os documentos complementares à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

- 16.2 A empresa participante deverá encaminhar a documentação por meio da plataforma do sistema eletrônico em arquivo único, no prazo indicado no subitem 16.1, sob pena de não aceitação da proposta.
- 16.3 A empresa convocada deverá informar ao Pregoeiro, dentro do prazo previsto no subitem 16.1, caso enfrente dificuldade em atender à convocação. Neste caso, ser-lhe-á concedido um prazo adicional a critério do Pregoeiro.
- 16.4 Excepcionalmente, o Pregoeiro poderá disponibilizar o e-mail institucional, caso a empresa tenha dificuldades em anexar os arquivos ao sistema ou este não comporte o tamanho necessário.
- 16.5 As demais empresas participantes da sessão poderão solicitar ao Pregoeiro vistas aos arquivos enviados, nos termos do subitem 16.1, somente pelo e-mail selecao@cbdubrasil.org.br, no prazo máximo de 20 (vinte) minutos após encerrado o prazo de envio da documentação.
- 16.6 Encerrado o prazo do subitem anterior, as vistas dos autos seguirão o descrito no subitem 19.11 deste Edital.
- 16.7 A proposta financeira a ser encaminhada após finalizada a fase de lances deverá conter as seguintes informações:
- a) prazo de validade, não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;
 - b) preços unitário e total de cada item e valor total, de acordo com as quantidades e os lances ofertados, em algarismos e por extenso (total), expressos em moeda corrente nacional (R\$). Vale destacar que a empresa deverá fazer constar apenas 02 (duas) casas decimais após a vírgula; Os valores ofertados não poderão conter dízimas;
 - c) declaração expressa, assinada pelo representante legal da empresa, de estarem inclusos nos preços propostos, material, taxas, fretes, impostos, seguros, tributos, transportes, encargos sociais e outras despesas vinculadas direta e indiretamente ao objeto deste Edital. Na falta de tal declaração, serão consideradas inclusas nos preços todas e quaisquer despesas necessárias e suficientes, oriundas do objeto deste processo seletivo.
 - d) o número deste processo seletivo, razão social da empresa participante, número de CNPJ, telefone, e-mail, se houver, e o respectivo endereço com CEP; dados bancários para fins de pagamento, com a indicação do nome e número do banco, agência e conta corrente de titularidade da empresa participante, vinculada ao CNPJ constante da proposta;
 - e) descrição detalhada de todas as características do produto ofertado, de acordo com as especificações contidas nos Anexos deste Edital.
- 16.8 Somente será aceita Proposta Financeira em papel timbrado da empresa participante, devidamente datada e assinada pelo representante legal da empresa ou por seu procurador.

- 16.9 Caso o(a) Pregoeiro(a) interrompa a sessão na fluência do prazo de envio de proposta readequada ou documentos complementares, a contagem do referido prazo ficará suspensa até que a sessão seja retomada.
- 16.10 Caso haja o vencimento da validade da Proposta sem que o processo seletivo tenha sido homologada, adjudicada e o Contrato assinado, esta fica automaticamente prorrogada, exceto se houver manifestação contrária formal da empresa participante, na data do vencimento da Proposta Financeira, caracterizando seu declínio em continuar no processo seletivo.
- 16.11 Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.
- 16.12 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como catálogos, folhetos, manuais ou prospectos, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu posterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.
- 16.13 Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados de tradução para a língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado e deverão ser devidamente consularizados e registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 16.14 Documentos de procedência estrangeira, mas emitidos em língua portuguesa, também deverão ser apresentados devidamente consularizados ou registrados no Cartório de Títulos e Documentos.
- 16.15 Os documentos remetidos por meio do sistema eletrônico poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.
- 16.16 Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados ao Setor de Compras, na Sede da CBDU, localizada no SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054.
- 16.17 Os documentos emitidos por cartório online poderão ser apresentados, desde que acompanhados de seus respectivos certificados digitais para conferência do Pregoeiro.
- 16.18 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada da empresa participante, formulada antes do fim do prazo estabelecido e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
- 16.19 Verificar-se-á a conformidade da proposta com as exigências deste Edital, em relação às especificações técnicas, ao preço final ofertado, e, caso solicitado pelo(a) Pregoeiro(a), aos documentos complementares encaminhados em via eletrônica, dentro do prazo concedido pela Pregoeira.
- 16.20 O(A) Pregoeiro(a) poderá solicitar manifestação ou parecer de técnicos pertencentes ao quadro da CBDU ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele a fim de orientar sua decisão quanto à adequação da proposta aos requisitos técnicos fixados neste Edital.

- 16.21 Erros e omissões existentes na proposta de preços poderão ser retificados pela empresa participante, após solicitação e/ou consentimento do(a) Pregoeiro(a), desde que o preço final ofertado não sofra acréscimo.
- 16.22 Poderá ser desclassificada a proposta preços manifestamente inexequíveis. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor total quanto os valores unitários estimados para cada item.
- 16.23 Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado.
- 16.24 Caso o Pregoeiro entenda que o preço é inexequível, com base na realidade do mercado, deverá estabelecer prazo para que a empresa demonstre a exequibilidade de seu preço.
- 16.25 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.
- 16.26 Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a produtos e instalações de propriedade da própria empresa participante, para os quais ela renuncie a parcela ou a totalidade da remuneração.
- 16.27 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação.
- 16.28 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.
- 16.29 Concluídos os procedimentos descritos neste Título, o(a) Pregoeiro(a) anunciará o resultado do julgamento da proposta, realizado com base no critério estabelecido neste Edital.
- 16.30 Aceita a proposta classificada em primeiro lugar, a empresa participante deverá comprovar sua condição de habilitação, na forma determinada no item 17 deste Edital.
- 16.31 Constatado o atendimento das exigências fixadas no Edital e declarada a empresa vencedora, o Pregoeiro consignará esta decisão em ata própria, que será disponibilizada no sistema eletrônico, encaminhando-se o processo à autoridade competente para homologação e adjudicação.
- 16.32 Para fins de julgamento das propostas, será observado o disposto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar 123/06, em se tratando de Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte.

17. DA HABILITAÇÃO

17.1 Para fins de habilitação ao processo seletivo, as empresas participantes deverão apresentar os seguintes documentos:

17.2 **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, será comprovada mediante apresentação:

- a) cédula de identidade do representante legal da empresa ou de seu procurador, quando este for o signatário da proposta;
- b) prova de registro no órgão competente, no caso de empresário individual;
- c) ato constitutivo, estatuto ou Contrato social em vigor, compatível com o objeto desta licitação, devidamente registrado no órgão competente; e
- d) ato de nomeação ou de eleição dos administradores, devidamente registrado no órgão competente, na hipótese de terem sido nomeados ou eleitos em separado.

17.3 **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**, será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede da empresa participante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto desta licitação;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e a Municipal do domicílio ou da sede da empresa participante;
- d) Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS); e
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

17.3.1. As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão anexar ao sistema eletrônico a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar n. 123, de 2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 147/2014.

17.3.1.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, a critério da CBDU, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e para emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa, conforme Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela LC 147/2014;

17.3.1.2. A não regularização da documentação no prazo previsto no subitem anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas em Lei, sendo facultado à CBDU convocar as empresas participantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar o processo seletivo.

17.4 **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**, será comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) **Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial ou Recuperação Extrajudicial**, expedida pelo cartório distribuidor da Sede da empresa participante, dentro do prazo de validade indicado no documento, ou datada dos últimos 180 (cento e oitenta) dias, se a validade não estiver expressa na certidão;
- b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis referentes ao último exercício social, apresentados na forma da lei, que comprovem a situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.
 - b.1) os Balanços e as Demonstrações Contábeis deverão ser assinados por contador ou contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC;
 - b.2) o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Contábeis, no caso de pessoas jurídicas enquadradas ou que utilizam o SPED CONTÁBIL (Sistema Público de Escrituração Digital Contábil), deverão ser apresentados através das demonstrações impressas a partir do SPED, acompanhadas da comprovação da entrega dos arquivos magnéticos perante a Receita Federal;
 - b.3) quando o Balanço Patrimonial apresentado for cópia do Diário Oficial, não há necessidade da assinatura do contador na cópia da publicação
- c) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
- d) A comprovação de boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral - LG, Solvência Geral - SG, e Liquidez Corrente - LC, superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\text{I. Liquidez Geral (LG)} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{II. Solvência Geral (SG)} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo não Circulante}}$$

$$\text{III. Liquidez Corrente (LC)} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

- e) As empresas que apresentarem resultado menor do que o exigido, quando de sua habilitação, deverão comprovar, considerando os riscos para a CBDU, Capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo, no valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor total do objeto a ser contratado, admitida a atualização para a data de apresentação da proposta através de índices oficiais;
- f) As empresas com menos de 01 (um) exercício financeiro, devem cumprir a exigência deste subitem

mediante a apresentação do Balanço de Abertura;

17.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA das empresas participantes deverá ser comprovada através de:

17.5.1. Atestado(s) e/ou Declaração de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, declarando que a empresa participante já forneceu ou fornece, a contento, itens compatíveis, em características e quantidades, ao objeto deste processo seletivo.

a) O(s) atestado(s) deverá (ao) conter: a identificação da pessoa jurídica emitente; nome e cargo do signatário; endereço do emitente; período de vigência do contrato; objeto contratual; outras informações técnicas necessárias e suficientes para a avaliação das experiências referenciadas.

17.5.2. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se a fornecimento objeto de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

17.5.3. A proponente disponibilizará, caso solicitado pelo pregoeiro(a), todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que lastreou a contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

17.6 As empresas participantes deverão apresentar a seguinte documentação complementar:

a) Ficha de cadastro, conforme modelo – Anexo VII.

b) Declaração de que a empresa possui implementado Manual de Compliance e Controle Interno, as empresas que não possuírem manual de Compliance implementado, deverão apresentar declaração informando que não o possui – Anexo VIII.

c) declaração de que a empresa participante atende os critérios de sustentabilidade, previstos no art. 7º da Lei Distrital nº 4.770/2012, conforme modelo constante do Anexo X.

17.7 A ausência das declarações indicadas no subitem 17.6, não resultará em desclassificação.

17.8 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, técnica, fiscal e econômico-financeira poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sistema de Cadastro de Fornecedor – SICAF.

17.9 Caso a empresa esteja com algum documento ou informação vencida ou não atualizada no SICAF, ser-lhe-á assegurado o direito de encaminhar, na própria sessão, a documentação atualizada.

17.10 As documentações supracitadas deverão ser apresentadas na forma da lei vigente.

17.11 Documentos ou certidões que não contenham prazo de validade terão eficácia de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua emissão.

- 17.12 O (A) Pregoeiro(a) se reserva o direito de promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, nos termos da lei, diligenciando contratos, editais, termos de referência, declarações, certidões, notas fiscais, dentre outros. No caso de documentos extraídos da internet, será facultado ao Pregoeiro realizar pesquisa para efeito de confirmação da veracidade ou validade desses.
- 17.13 A empresa participante fica obrigada a fornecer todos os esclarecimentos e informações que se façam necessários para que a CBDU se certifique da veracidade e autenticidade do conteúdo apresentado na documentação exigida no certame.
- 17.14 No caso de atestados de capacidade técnica, a recusa do emitente em prestar esclarecimentos e informações ou em fornecer documentos comprobatórios etc., desconstitui-lo-á e poderá configurar prática de falsidade ideológica.
- 17.15 Ensejará a inabilitação da empresa caso não seja possível a confirmação ou sejam insuficientes as informações quanto à regularidade fiscal da empresa participante obtidas através de diligências via internet.
- 17.16 Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos requeridos neste Edital.
- 17.17 Caso não tenham sido atendidas as exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) declarará a empresa participante inabilitada e convocará a autora do melhor preço subsequente, dentre as empresas participantes classificadas, repetindo os procedimentos, até que se logre a habilitação da empresa participante que tenha atendido todas as exigências para essa finalidade.
- 17.18 É de exclusiva responsabilidade das empresas participantes a juntada de todos os documentos necessários à habilitação.
- 17.19 Será inabilitada a empresa participante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 17.20 A documentação apresentada para fins de habilitação fará parte dos autos do processo administrativo e não será devolvida à empresa participante.
- 18. DO ENCAMINHAMENTO DOS DOCUMENTOS ORIGINAIS DA PROPOSTA VENCEDORA E DOS DOCUMENTOS HABILITATÓRIOS**
- 18.1 A empresa participante classificada em primeiro lugar ao final da fase de lances, quando convocada pelo(a) Pregoeiro(a), deverá encaminhar **a proposta de preços ajustada ao lance final, e todas as documentações exigida para habilitação, constante no item 14**, em original ou fotocópia autenticada por cartório, ou publicação em órgão da imprensa oficial, no prazo estabelecido pelo (a) Pregoeiro (a) via chat do Sistema BBMNET no prazo não inferior a 05 (cinco) dias úteis, a contar da solicitação, para o seguinte endereço: **SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054.**

- 18.2 Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

19. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

- 19.1 Declarado o vencedor, qualquer empresa participante poderá, no prazo de 30 (trinta) minutos, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recorrer, de modo objetivo e conciso.

19.1.1. O Pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou rejeitando-a, motivadamente, em campo próprio do sistema eletrônico.

19.1.2. Nesse momento o (a) Pregoeiro (a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

- 19.2 As razões do recurso deverão ser apresentadas no prazo de 03 (três) dias úteis, em campo próprio do sistema eletrônico.

- 19.3 As demais empresas participantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, via sistema eletrônico, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da data final do prazo da recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

- 19.4 A ausência de manifestação imediata e motivada da empresa participante quanto à intenção de recorrer, nos termos do disposto neste Título, importará na decadência desse direito, e o(a) Pregoeiro(a) estará autorizado(a) a adjudicar o objeto à empresa participante declarada vencedora.

- 19.5 O recurso contra decisão do(a) Pregoeiro(a) terá efeito suspensivo, nos casos de julgamento da proposta e habilitação ou inabilitação da empresa participante, nos termos da Política de Compras da CBDU.

- 19.6 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não puderem ser aproveitados.

- 19.7 Caso não reconsidere sua decisão, o(a) Pregoeiro(a) submeterá o recurso devidamente informado à consideração da autoridade competente para fins de decisão.

- 19.8 Em caso de não ser aceita a manifestação quanto à intenção de recurso, por falta de fundamentação, ou se não ocorrerem manifestações formais no sentido de interpor recurso, caberá ao (a) Pregoeiro(a) encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade competente para homologação.

- 19.9 Depois de decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

- 19.10 Não serão conhecidos os recursos interpostos, sem manifestação prévia, em formulário próprio, no ato

da sessão pública e, fora dos respectivos prazos legais, bem como os que não contiverem a identificação ou assinatura do responsável legal ou representante da empresa.

19.11 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na sede da CBDU, no seguinte endereço: SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, no horário das 9h às 17h30, de segunda a sexta-feira, em dias úteis.

19.12 Caso a empresa classificada em primeiro lugar seja desclassificada, depois de julgados os recursos interpostos e até a homologação/adjudicação do processo seletivo, será procedida a chamada das empresas remanescentes, na ordem de classificação, para que a segunda classificada, desde que preencha as condições de habilitação, seja declarada vencedora, nas condições de sua proposta financeira.

20. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

20.1 O objeto deste Pregão será adjudicado às vencedoras pelo (a) Pregoeiro(a), salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá ao Presidente da CBDU.

20.2 A homologação deste Pregão compete ao Presidente da CBDU.

21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS - ARP

21.1 Homologado o resultado do processo seletivo, a CBDU convocará a empresa vencedora e, se houver, as empresas que manifestarem intenção de registro adicional em formação de cadastro de reserva para assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos de sua Minuta (Anexo III), conforme dispõe a Política de Compras da CBDU.

21.2 Desde que restem interessados, não haverá inviabilidade ou cancelamento da Ata de Registro de Preços caso qualquer das empresas convocadas não compareça, recuse ou desista de assiná-la. Destaque-se que essa medida não impede a aplicação das punições previstas na legislação pertinente.

21.3 A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento dos produtos nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

21.4 A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste processo seletivo será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada até o limite máximo previsto na Política de Compras da CBDU, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço atualizado se mantém vantajoso.

21.5 Prorrogada a Ata de Registro de Preço, ficam restabelecidos os termos e as condições iniciais da ata, inclusive quantitativos.

21.6 Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a CBDU não estará obrigado a adquirir o objeto registrado, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de

outro processo seletivo quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao fornecedor. Entretanto, fica assegurada ao beneficiário do registro a preferência de prestação de serviço em igualdade de condições.

- 21.7 A Ata de Registro de Preço poderá ser acrescida conforme percentual previsto na Política de Compras da CBDU, mediante acordo entre as partes.
- 21.8 A Ata somente será reajustada durante a sua vigência se a adjudicatária comprovar a alteração dos preços registrados e houver a devida verificação, pela CBDU, de que o novo preço está de acordo com o mercado.
- 21.9 O valor registrado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento da Ata em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.
- 21.10 A Ata de Registro de Preços com a vencedora não será assinada se esta não cumprir as condições legais de documentação exigida ou por motivo de força maior que inviabilize a prestação do serviço.
- 21.11 A CBDU poderá, até a assinatura da Ata, desclassificar a empresa vencedora, por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento do processo seletivo, que desabone sua qualificação técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira ou regularidade fiscal.
- 21.12 Para que a Proposta Financeira da vencedora seja incorporada à Ata de Registro de Preços, os erros porventura existentes em suas planilhas deverão ser corrigidos.
- 21.13 Para efeito de interpretações de divergências entre os documentos apresentados, fica estabelecida a competência da fiscalização da CBDU.
- 21.14 A empresa contratada será responsável pelo fornecimento e deverá cumprir as determinações referentes às Leis Trabalhistas e à Previdência Social, não respondendo a CBDU perante fornecedores ou terceiros, nem assumindo quaisquer responsabilidades por multas, salários ou indenizações a terceiros decorrentes do objeto desta licitação.

22. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 22.1 A Confederação Brasileira do Desporto Universitário -CBDU, é o Gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos do processo seletivo para registro de preços e gerenciamento da ata de registro de preços dele decorrente.
- 22.2 As obrigações relativas ao objeto serão formalizadas por meio de Contrato ou outro documento equivalente e, caso o fornecedor não cumpra as obrigações estabelecidas na Ata de Registro de Preços,

estará sujeito às sanções previstas neste Edital e seus Anexos.

- 22.3 Comprovada a hipótese do subitem anterior, a CBDU poderá indicar o próximo fornecedor ao qual será destinado o pedido, sem prejuízo da abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades.
- 22.4 Após a publicação da Ata de Registro de Preços e sua divulgação no site www.cbdu.org.br e www.novobbmnet.com.br, poderá utilizar-se da ata de registro de preços qualquer federação e confederação que não tenha participado do processo seletivo, mediante prévia consulta à Confederação Brasileira do Desporto Universitário – Gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e, respeitadas no que couber, as condições e as regras estabelecidas na Política de Compras da CBDU.
- 22.5 Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.
- 22.6 As aquisições ou as contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.
- 22.7 O instrumento convocatório preverá que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem, conforme a Política de Compras da CBDU.
- 22.8 O fornecedor beneficiário se obriga a manter, durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas neste processo seletivo.
- 22.9 Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos produtos registrados, cabendo à CBDU promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

23. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 23.1 A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada a qualquer tempo, mediante comunicação expressa da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes.
- 23.2 O Fornecedor terá seu Registro de Preços cancelado na Ata:
- a) a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;
 - b) por iniciativa da CBDU, quando:

- b.1) o fornecedor descumprir as condições assumidas na Ata de Registro de Preços,
- b.2) o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- b.3) quando, justificadamente, não for mais do interesse da CBDU.

23.3 Em qualquer das hipóteses previstas nas condições acima, concluído o processo, a CBDU fará o devido apostilamento na Ata de Registro de Preços e informará ao Fornecedor Beneficiário e aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

24. DA CONTRATAÇÃO

- 24.1 A detentora da Ata será convocada para assinatura do contrato, nos termos do Anexo IV, dentro do prazo de 3 (três) dias, sob pena de decair o direito à contratação e sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.
- 24.2 O prazo de convocação para assinatura poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela adjudicatária, durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CBDU.
- 24.3 A adjudicatária deverá observar a regularidade fiscal e qualificação econômico-financeira também para assinatura do Contrato e Ata de Registro de Preços.
- 24.4 No ato da contratação, se for o caso, a empresa deverá apresentar documento de procuração, devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar o contrato em nome da adjudicatária.
- 24.5 A recusa da adjudicatária em assinar o Contrato implicará multa, conforme item 26, e perda do direito à contratação.
- 24.6 O Contrato não sofrerá qualquer tipo de reajustamento de preços no primeiro ano de sua vigência, salvo por disposições legais.
- 24.7 Havendo interesse na renovação, o valor contratado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento do Contrato em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.
- 24.8 A vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, de comum acordo, por períodos iguais e sucessivos, até o limite previsto na Política de Compras da CBDU.
- 24.9 De acordo com a legislação vigente, o Contrato poderá sofrer acréscimos, de acordo com a necessidade

da CBDU, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor da global atualizado do contrato, mediante justificativa e termo aditivo. As supressões poderão ser realizadas nos limites estabelecidos entre as partes.

24.10 A empresa contratada não poderá subcontratar o objeto do presente processo seletivo, no todo ou parcialmente, sem expressa autorização da CBDU.

24.11 O Contrato com a vencedora não será assinado se esta não cumprir as condições legais de documentação exigida ou por motivo de força maior que inviabilize o fornecimento do produto.

24.12 É facultado à CBDU, no caso de desistência da vencedora após a homologação/adjudicação do processo seletivo, convocar a empresa remanescente classificada, obedecida a ordem de classificação, para o fornecimento do objeto no prazo e nas mesmas condições financeiras constantes da Proposta Financeira anteriormente declarada vencedora. Poderá também, se for o caso, revogar a licitação, independentemente da aplicação de qualquer sanção.

24.13 A CBDU poderá, até a assinatura do Contrato, desclassificar a vencedora ou, após a assinatura do contrato, rescindir o contrato, por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento do processo seletivo, que desabone sua qualificação técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira ou regularidade fiscal.

24.14 Para que a Proposta Financeira da vencedora seja incorporada ao Contrato, os erros porventura existentes deverão ser corrigidos.

24.15 Para efeito de interpretações de divergências entre os documentos contratuais, fica estabelecida a competência da fiscalização da CBDU.

24.16 A empresa contratada será responsável pelo fornecimento, não respondendo a CBDU perante fornecedores ou terceiros, nem assumindo quaisquer responsabilidades por multas, salários ou indenizações a terceiros decorrentes do objeto deste processo seletivo.

25. DO PAGAMENTO

25.1 O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do material, apresentação da nota fiscal e aceite pelo fiscal do contrato.

25.2 Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- a) Atestação de conformidade da entrega do(s) produtos;
- b) Comprovação de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- c) Comprovação de regularidade com às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
- d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

- 25.3 O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.
- 25.4 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.
- 25.5 Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua (re)apresentação, devidamente regularizadas.
- 25.6 A CBDU se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.
- 25.7 A CBDU poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

26. DA SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 26.1 A empresa que atrapalhar o andamento do certame, a exemplo de não responder aos chamados no chat ou não enviar a documentação exigida pelo Pregoeiro, será desclassificada e poderá estar sujeita à advertência, cumulada ou não com multa de até 3% (três por cento) do valor estimado para a presente contratação, a depender da gravidade da conduta da empresa.
- 26.1.1. No caso de aplicação da penalidade mencionada no subitem anterior, a empresa será notificada para apresentar defesa, em obediência ao princípio do contraditório.
- 26.2 Às empresas participantes que ensejarem o retardamento da execução do processo seletivo, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, apresentarem documentação ou declaração falsa, cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, sanções previstas em lei, sem prejuízo da reparação dos danos causados à CBDU.
- 26.3 A CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pelo CBDU, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de:

1. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor atualizado do contrato, limitada a incidência a 05 (cinco) dias. Após o 5º (quinto) dia e a critério do CBDU, no caso de cumprimento com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
2. 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato, em caso de atraso no cumprimento, por período superior ao previsto no item "a", ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

3. 30% (trinta por cento) sobre o valor atualizado do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, não estando prejudicada a adoção dos procedimentos necessários para a devolução do montante pago à CONTRATADA;
4. Nos casos previstos nos itens acima a multa será acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês até a data do efetivo pagamento;

c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CBDU, por um prazo de até 2 (dois) anos, inclusive quando recusar-se a assinar o Contrato, não manter a Proposta Financeira, apresentar declaração ou documentos falsos ou por reincidência de penalidade aplicada anteriormente.

26.4 As sanções de multa poderão ser aplicadas à CONTRATADA em concomitância com a sanção de advertência, declaração de inidoneidade, e/ou suspensão temporária para licitar com a CBDU, descontando o prejuízo apurado do pagamento a ser efetuado, se for o caso.

26.5 As penalidades previstas neste edital não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

26.6 Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA e publicação no Diário Oficial, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

26.7 As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pelo CONTRATANTE.

26.8 Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela CBDU ou cobrados diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.

27. DA PROTEÇÃO DE DADOS

27.1 A CBDU declara que todos os dados pessoais coletados para os fins da execução deste edital serão tratados em conformidade com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 ("Lei Geral de Proteção de Dados") e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.

27.1.1. O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência do Edital, após o qual serão permanentemente excluídos.

28. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

28.1 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da empresa vencedora, farão parte integrante do Contrato, independentemente de transcrição.

a) As exigências previstas no Termo de Referência e seus anexos, não elencadas para a aceitabilidade de proposta de preço e a habilitação da empresa participante, deste edital, não serão levadas a efeito

para fins de processo seletivo, podendo a CBDU solicitar-lhes o cumprimento como condição de contratação.

- 28.2 A CBDU reserva-se o direito de revogar ou cancelar o presente processo seletivo na forma prevista em lei, sem que caiba à(s) empresa(s) direito à indenização ou reclamação de qualquer espécie.
- 28.3 O Pregoeiro, a qualquer tempo, antes da data de apresentação das propostas, poderá proceder às alterações concernentes a este processo seletivo, enviando o correspondente adendo aos interessados que tenham retirado o Edital e proceder a sua publicação no site da CBDU e BBMNET. Também é facultado ao Pregoeiro, caso necessário, prorrogar a data de abertura do certame.
- 28.4 Sob nenhum pretexto serão recebidas propostas em desacordo com o Edital, seus Anexos e adendos, caso existam, bem como aquelas que não forem entregues conforme as normas de apresentação e prazos ali determinados.
- 28.5 Na contagem dos prazos estabelecidos, será excluído o dia do início e incluído o dia do vencimento.
- 28.6 A participação neste processo seletivo implica conhecimento e aceitação integral deste Edital, seus Anexos e adendos, caso haja, bem como a observância de regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.
- 28.7 A empresa participante que apresentar proposta estará vinculada a ela e se responsabilizará pelo prestação do serviço nas condições oferecidas.
- 28.8 É facultado ao Pregoeiro suspender a sessão sempre que necessário, devendo informar as razões da suspensão às empresas participantes, sempre que possível.

29. ANEXOS

29.1 São partes integrantes deste Edital os anexos abaixo:

Anexo I –	Termo de referência
Anexo I – A	Layout
Anexo II	Planilha de composição de preços (Modelo de proposta)
Anexo III	Modelo de declaração de inexistência de fatos impeditivos, de que nao emprega menores e de que atende a todas as exigências do edital.
Anexo IV	Modelo de declaração de enquadramento como ME/EPP/MEI
Anexo V	Modelo de atestado de capacidade técnica
Anexo VI	Ficha de cadastro do fornecedor
Anexo VII	Modelo de declaração de implementação de manual de compliance
Anexo VIII	Minuta da ata de registro de preço
Anexo IX	Minuta do Contrato
Anexo X	Declaração de Sustentabilidade



30. DO FORO

- 30.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Brasília/DF, 15 de fevereiro de 2024.

Luciano Atayde Costa Cabral

Presidente da Confederação Brasileira do Desporto Universitário



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Registro de Preços para contratação, sob demanda, de empresa especializada visando o fornecimento de itens personalizados para utilização em eventos esportivos da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1. É notório que o esporte brasileiro vive um período de notáveis conquistas, se consolidando como uma das grandes forças emergentes no cenário olímpico mundial. Nesse cenário o desporto acadêmico surge como um dos principais meios de revelação de talentos para o esporte nacional, ferramenta fundamental para o desenvolvimento e transformação do país.
- 2.2. A Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU) é a entidade de administração do desporto universitário brasileiro, ou seja, é responsável pela gestão e organização das competições e eventos esportivos entre universitários de todo país.
- 2.3. Ao educar o jovem através da prática desportiva universitária estamos cada vez mais difundindo e reforçando a construção da cidadania e os ideais do movimento olímpico, estes direcionados para construção de um mundo melhor e mais pacífico, livre de qualquer tipo de discriminação e dentro do espírito de compreensão mútua, fraternidade, solidariedade, cultura da paz e fair-play. Através das atividades desportivas, jovens e adultos constroem seus valores, seus conceitos, socializam-se e, principalmente, vivem as realidades. Neste sentido, em parceria com o Ministério do Esporte, a Confederação Brasileira do Desporto Universitário vem trabalhando de forma comprometida com esse desafio e tem logrado sucesso.
- 2.4. A contratação objeto deste termo se faz necessária para cumprir o disposto na Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário, sendo fundamental para que a CBDU, responsável pela gestão e organização das competições e eventos esportivos entre universitários de todo país, consiga realizar a premiação nos eventos e com isso proporcionar aos atletas melhor desempenho nas competições.

3. DA MODALIDADE

- 3.1. A contratação deverá adotar a modalidade Pregão, considerando que se trata de aquisição de bens comuns, definidos como aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais no mercado, no tipo menor preço, pelo Sistema de Registro de Preços.

4. DA JUSTIFICATIVA PARA ADOÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS:

- 4.1. A opção pelo Sistema de Registro de Preços – SRP para o presente seletivo tem como um de seus objetivos principais o princípio da economicidade, pois diferentemente da licitação convencional, não há o compromisso assumido de contratação, nem mesmo de utilização dos quantitativos totais estimados. O SRP constitui um importante instrumento de gestão, onde as demandas são incertas, frequentes ou de difícil mensuração.
- 4.2. Em consonância com a Política de Compras da CBDU, verifica-se a viabilidade de realização de processo seletivo sob o regime de Registro de Preços por prazo fixo e determinado para os bens e serviços comuns que se pretende adquirir.
- 4.3. Em síntese, as vantagens do SRP, são os seguintes: otimização dos processos de compras, maior flexibilidade em contratações, houver expectativa de crédito orçamentário futuro, eliminação de casos de fracionamento de despesas, permite a compra do quantitativo exato e necessário para atender às necessidades da CBDU, reduzindo assim o desperdício de produtos em estoques desnecessários, atendendo às necessidades da CBDU na quantidade certa e no momento exato, além de permitir maior agilidade nas contratações, coadunando com o objetivo da pretensa contratação.

5. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

- 5.1. Os atos administrativos pertinentes ao processo seletivo reger-se-ão pelas normas e princípios contidos na Política de Compras da Confederação Brasileira do Desporto Universitário.

6. DAS ESPECIFICAÇÕES, UNIDADES, QUANTITATIVOS E VALORES ESTIMADOS

- 6.1. As descrições, unidades, quantitativos, valores estimados seguem descritas abaixo:

LOTE	ITEM	DESCRIPTIVO	QUANT.
01	01	Troféu JUBs Ouro: Troféus com base em madeira de lei laqueada na cor preta com sobreposição de aço inox 304 escovado e fotografado na parte superior. A base do troféu será composta de 3 círculos de diâmetro com o primeiro medindo 18cm, o segundo e terceiro 14cm e 1,5cm de altura. O troféu na sua parte superior terá uma peça em aço carbono recortado a laser, de 8mm de espessura com altura e banho proporcional a colocação. Os dizeres e modalidades serão fotogravados nas placas acima das bases.	250
	02	Troféu JUBs Prata: Troféus com base em madeira de lei laqueada na cor preta com sobreposição de aço inox 304 escovado e fotografado na parte superior. A base do troféu será composta de 3 círculos de diâmetro com o primeiro medindo 18cm, o segundo e terceiro 14cm e 1,5cm de altura. O troféu na sua parte superior terá uma peça em aço carbono recortado a laser, de 8mm de espessura com altura e banho proporcional a colocação. Os dizeres e modalidades serão fotogravados nas placas acima das bases.	175
	03	Troféu JUBs Bronze: Troféus com base em madeira de lei laqueada na cor preta com sobreposição de aço inox 304 escovado e fotografado na parte superior. A base do troféu será composta de 3 círculos de diâmetro com o primeiro medindo 18cm, o segundo e terceiro 14cm e 1,5cm de altura. O troféu na sua parte superior terá uma peça em aço carbono recortado a laser, de 8mm de espessura com altura e banho proporcional a colocação. Os dizeres e modalidades serão fotogravados nas placas acima das bases.	175

ITEM	DESCRIPTIVO	QUANT.
01	Troféu M.D.A.: Base em madeira de lei laqueada na cor preta, tamanho: 6x6x13cm de altura, com a inserção de acrílico cristal, tamanho 100x80x15mm. Com brasão da CBDU fundido em zamack recortado a laser, insido e fixado no acrílico, nome do evento gravado a laser. Com placa de tamanho 12x5 em aço fotografado na parte frontal da base.	190

6.2. Os produtos serão solicitados de acordo com a necessidade efetivamente verificada ao longo do período, configurando-se o fornecimento sob demanda.

6.3. A organização da contratação em lote tem por objetivo atender de forma efetiva o planejamento, a personalização, a entrega e a utilização dos itens, facilitando a gestão de demandas e admitindo a correlação existente entre os itens da presente contratação. Assim, haveria risco operacional e técnico caso houvesse empresas distintas realizando o fornecimento de troféus, visto que a cor e personalização podem alterar de empresa para empresa, prejudicando a qualidade que se almeja na realização dos eventos.

6.4. Ademais, não se observa qualquer comprometimento ao caráter competitivo do certame visto que a formação de grupos identifica particularidades no fornecimento e não traz custos variados que possam tornar o grupo menos interessantes para os interessados. Ao contrário, considerando o baixo valor dos itens a serem adquiridos, entendemos que é economicamente viável a reunião em grupo, inclusive para que se torne atrativo a participação de diversas empresas, o que irá favorecerá a concorrência e a competitividade que devem reger um certame.

6.5. Importa mencionar que o agrupamento se encontra em consonância com entendimento do Tribunal de Contas da União - TCU, exposto no Informativo de Licitações e Contratos nº 173¹, quanto à adjudicação por grupo:

“3. A adjudicação por grupo ou lote não é, em princípio, irregular. A Administração, de acordo com sua capacidade e suas necessidades administrativas e operacionais, deve sopesar e optar, motivadamente, acerca da quantidade de contratos decorrentes da licitação a serem gerenciados.”

7. DA ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

7.1. Os produtos serão fornecidos de acordo com as necessidades da CBDU, devendo ser entregue impreterivelmente até 10 (dez) dias, a contar da solicitação formal.

7.1.1. Para o evento que ocorrerá no Rio de Janeiro/RJ, a entrega deverão ocorrer impreterivelmente, até o dia 20/03/24.

7.1.2. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente autorizado pela CBDU. Toda prorrogação do prazo de entrega deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela CBDU, devendo a solicitação ser encaminhada à CBDU até 24 (vinte quatro) horas antes do

¹ <https://portal.tcu.gov.br/jurisprudencia/boletins-e-informativos/informativo-de-licitacoes-e-contratos.htm>



término do prazo indicado acima.

- 7.2. As “artes” para a personalização dos produtos, bem como as cores e formato, serão fornecidas pelo CONTRATANTE, em formato digital e a cada solicitação.
- 7.3. Os troféus deverão ser entregues na cidade do Rio de Janeiro/RJ, Brasília-DF e/ou Recife/PE.
- 7.3.1. No Rio de Janeiro/RJ a entrega deverá ser realizada no Windsor Barra Hotel localizado no endereço Av. Lúcio Costa, 2630 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ.
- 7.3.2. Em Brasília/DF, a entrega ocorrerá na sede da CBDU.
- 7.3.3. Havendo a necessidade da entrega ser realizada em local diverso do indicado no item 7.3, o mesmo deverá ser realizado sem ônus para a CBDU.
- 7.4. A solicitação poderá conter, a cada pedido, os seguintes quantitativos mínimos:
- a) Para os itens 1 a 3, no mínimo 30% (trinta por cento) do quantitativo.
 - b) Para o item 4, no mínimo 30% (trinta por cento) do quantitativo.
- 7.5. A composição de custo deverá considerar a personalização dos itens, que ocorrerá a cada solicitação, respeitando as respectivas especificações, arcando a CONTRATADA com eventual subdimensionamento de sua proposta.
- 7.6. Todas as despesas com material, embalagens, transporte e mão de obra necessários à entrega do produto correrão por conta da CONTRATADA.
- 7.7. Se forem constatadas quaisquer irregularidades nos produtos fornecidos, será concedido prazo de 2 (dois) dias para que seja providenciada a respectiva substituição do produto.
- 7.8. A entrega deverá conter a quantidade total solicitada, não sendo permitidas entregas parceladas, sob pena de devolução dos produtos incompletos, bem como, poderá ser aplicado às penalidades previstas no edital.
- 7.9. A CBDU disponibilizará funcionário para o recebimento e conferência dos itens. Nesta fase, se forem constatadas quaisquer irregularidades, será concedido prazo de 2 (dois) dias para que seja providenciada a respectiva substituição.
- 7.10. A CBDU poderá recusar o recebimento do produto, caso não esteja de acordo com as especificações técnicas, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento
- 7.11. O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela segurança dos produtos, nem ético-profissional pela perfeita entrega do objeto pactuado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.
- 7.12. A empresa participante estará sujeita às disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor (Lei

nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) pelos defeitos ou vícios aparentes ou ocultos encontrados nos produtos que serão fornecidos.

8. DAS AMOSTRAS

8.1. Poderá ser solicitada à detentora de menor preço, a apresentação de amostra do produto cotado para análise e aprovação da CBDU.

8.2. Para averiguação das amostras a empresa deverá enviar, no mínimo, 01 (uma) amostra de cada item, conforme modelos constantes no Anexo I, no qual serão observados, para fins de aprovação ou reprovação, o seguinte:

- d) O material utilizado na fabricação;
- e) Similaridade com o modelo e especificações apresentadas;
- f) Padrão, Nitidez e Correspondências com as personalizações apresentadas.

8.3. A entrega das amostras deverá, obrigatoriamente, acontecer Sede da CBDU, localizada na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília – DF, CEP: 70.790-054, em até 5 (cinco) dias corridos após a solicitação formal.

8.3.1. Quando solicitado pela empresa, o prazo de apresentação de amostras poderá ser prorrogado uma única vez, desde que devidamente justificado e aceito pela CBDU.

8.4. A empresa que tiver amostra solicitada e não a apresentar ou não o fizer no prazo concedido, será desclassificada do certame e estará sujeita às penalidades previstas neste instrumento e no Edital.

8.5. As amostras poderão ser totalmente inutilizadas durante análise a ser realizada, não cabendo a empresa qualquer cobrança à CBDU.

8.6. A reprovação das amostras apresentadas pela empresa detentora de menor preço não impede a convocação das empresas remanescentes, obedecida a ordem de classificação.

8.7. Todas as amostras deverão conter etiqueta de identificação com as seguintes informações:

Pregão Eletrônico nº XX/2024

Razão social da empresa participante:

CNPJ da empresa participante:

Amostra do Lote: (indicar o número do lote conforme edital).

8.8. A CBDU informará a empresa participante da aprovação ou reprovação dos itens, em até 02 (dois) dias após o recebimento das amostras.

8.9. A amostra aprovada ficará retida para servir de comparativo do material a ser entregue.

8.10. As amostras reprovadas deverão ser retiradas pela empresa participante em até 5 (cinco) dias após o

recebimento do comunicado de reprovação. Caso não sejam retiradas no prazo, serão descartadas.

8.11. O quantitativo das amostras aprovadas será descontado do total de produtos a serem entregues pela vencedora.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CBDU

9.1. São obrigações da CBDU:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

9.2. A CBDU não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, em seus anexos e na sua proposta, assumindo exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes do bom e perfeito fornecimento do objeto e, ainda:

- a) observar as normas de qualidade determinadas por legislação própria vigente, a fim de garantir o fiel cumprimento deste instrumento.
- b) é obrigação da CONTRATADA a entrega dos produtos dentro do prazo solicitado, atendendo às especificações descritas neste termo, zelar pela qualidade do objeto entregue.
- c) nos preços propostos deverão estar inclusos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto do presente processo seletivo, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da Contratada.

- d) não transferir a outrem, caucionar ou utilizar o objeto contratado para qualquer outra operação financeira, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena e incorrer nas sanções previstas na Política de Compras da CBDU.
- e) Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste processo de seleção.
- f) A CONTRATADA deverá substituir ou reparar os materiais que, comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações deste termo e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou má qualidade, no prazo de 02 (dois) dias contados da sua notificação.
- g) Responder aos questionamentos e atender à CONTRATANTE de imediato ou até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação, seja por qualquer via, inclusive e-mail ou telefone.
- h) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralização de qualquer natureza.
- i) responsabilizar-se pelos prejuízos financeiros decorrentes da falha no fornecimento do produto.
- j) Indicar responsável da empresa para tratar com a CBDU.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do material / serviço, apresentação da nota fiscal e aceite pelo fiscal do contrato.
- 11.2. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:
 - a) Atestação de conformidade da entrega do(s) materiais/serviços;
 - b) Comprovação de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
 - c) Comprovação de regularidade com às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
 - d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.
- 11.3. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.
- 11.4. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

- 11.5. Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua (re)apresentação, devidamente regularizadas.
- 11.6. A CBDU se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.
- 11.7. A CBDU poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

12. VEDAÇÃO À SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

- 12.1. A CONTRATADA não poderá subcontratar total ou parcialmente o objeto do Contrato, bem como cedê-lo ou transferi-lo, no todo ou em parte, sob pena de imediata rescisão e aplicação das sanções administrativas cabíveis, salvo nos casos autorizados pela CBDU.

13. DA FISCALIZAÇÃO

- 13.1. A fiscalização do contrato caberá ao profissional designado como Fiscal do Contrato, que manterá contato com o preposto a ser indicado pela Contratada. O fiscal se reserva o direito de rejeitar qualquer produto da Contratada, que não esteja em conformidade ou não correspondendo ao padrão pré-estabelecido.

14. CRITÉRIO DE JULGAMENTO

- 14.1. O critério de julgamento será menor preço por lote e item

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DA EMPRESA VENCEDORA

- 15.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme restará disciplinado no edital.
- 15.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estarão previstas no edital.
- 15.3. Para fins de comprovação de qualificação técnica a empresa participante deverá comprovar mediante a apresentação de 01 (um) ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprovem que a empresa participante já forneceu ou fornece, a contento, produtos compatíveis, em características e quantidades, ao objeto do processo seletivo.
- 15.3.1. O(s) atestado(s) de capacidade técnica, deverá(ão) conter, no mínimo, as seguintes informações: identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado; identificação da proponente; descrição clara dos serviços prestados; satisfação do cliente com a prestação dos serviços.

- 15.4. O(s) atestado(s) deverá(ão) referir-se à execução de serviços e/ou fornecimento de materiais objeto de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;
- 15.5. A proponente disponibilizará, caso solicitado pelo pregoeiro(a), todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que lastreou a contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

16. DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 12.1. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer federação e confederação que não tenha participado do processo seletivo, mediante anuência do órgão gerenciador.

17. DO REGISTRO ADICIONAL DE PREÇOS

- 13.1. Após o encerramento da etapa competitiva, as empresas participantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta da empresa vencedora;
- 13.2. Para registro adicional de preços das demais empresas participantes será exigido à análise das documentações de habilitação;
- 13.3. A apresentação de novas propostas não prejudicará o resultado do certame em relação a empresa vencedora;
- 13.4. Além do preço do 1º (primeiro) colocado, serão registrados preços de outros fornecedores, desde que as ofertas sejam em valores iguais ao da empresa vencedora;
- 13.5. O registro adicional tem por objetivo o cadastro de reserva, no caso de exclusão do primeiro colocado da Ata de Registro de Preços.

18. VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 14.1. A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste processo seletivo será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada até o limite máximo previsto na Política de Compras da CBDU, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço atualizado se mantém vantajoso.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 19.1. Às empresas participantes que ensejarem o retardamento da execução do certame, não mantiverem a proposta, falharem ou fraudarem na execução do contrato, comportarem-se de modo inidôneo, apresentarem documentação ou declaração falsa, cometerem fraude fiscal, poderão ser aplicadas, conforme o caso, sanções previstas em lei, sem prejuízo da reparação dos danos causados à CBDU.

19.2. A CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pelo CBDU, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia defesa, às seguintes penalidades:

a) Advertência;

b) Multa de:

1. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor atualizado do contrato, limitada a incidência a 05 (cinco) dias. Após o 5º (quinto) dia e a critério do CBDU, no caso de cumprimento com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
2. 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato, em caso de atraso no cumprimento, por período superior ao previsto no item “a”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
3. 30% (trinta por cento) sobre o valor atualizado do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, não estando prejudicada a adoção dos procedimentos necessários para a devolução do montante pago à CONTRATADA;
4. Nos casos previstos nos itens acima a multa será acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês até a data do efetivo pagamento;

c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CBDU, por um prazo de até 2 (dois) anos, inclusive quando recusar-se a assinar o Contrato, não mantiver a Proposta Financeira, apresentar declaração ou documentos falsos ou por reincidência de penalidade aplicada anteriormente;

19.3. As sanções de multa poderão ser aplicadas à CONTRATADA em concomitância com a sanção de advertência, declaração de inidoneidade, e/ou suspensão temporária para licitar com a CBDU, descontando o prejuízo apurado do pagamento a ser efetuado, se for o caso.

19.4. As penalidades previstas neste Termo de Referência não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

19.5. Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA e publicação no Diário Oficial, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

19.6. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pelo CONTRATANTE.

19.7. Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrados diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.



20. DO REAJUSTE

20.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para apresentação das propostas.

21. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. Em caso de rescisão do contrato que vier a ser assinado, a CBDU poderá convocar a participante que tiver o melhor preço subsequente neste processo de seleção, sem que caiba ao vencedor nenhuma cobrança de eventuais despesas realizadas pelas obrigações assumidas até a data da rescisão.

Brasília-DF, 12 de fevereiro de 2024.

ALESSANDRO BATTISTE GOMES

Diretor de Esportes e Eventos

ANEXO I – A

LAYOUT

DESCRIPTIVO	IMAGEM
Troféu JUBs	 
Troféu M.D.A.:	

ANEXO II

PLANILHA DE FORMAÇÃO DE PREÇOS - MODELO DE PROPOSTA

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024

Pela presente, submetemos à apreciação de V.Sa., a nossa proposta de preço relativa ao processo seletivo PREGÃO ELETRÔNICO Nº 01/2024-CBDU, assumindo inteira responsabilidade por quaisquer erros ou omissões que venham a ser verificados na preparação da mesma, bem como concordamos com a totalidade das instruções e critérios de qualificação definidos no Edital, e declaramos, ainda, que temos pleno conhecimento das condições em que se desenvolverão os serviços e/ou fornecimento dos produtos, e que atendemos plenamente às exigências de habilitação.

IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PARTICIPANTE (os dados de identificação da empresa participante só devem constar em sua proposta final, após a etapa de lances):

- a. RAZÃO SOCIAL:
- b. CNPJ e INSCRIÇÃO ESTADUAL:
- c. REPRESENTANTE E CARGO:
- d. CARTEIRA DE IDENTIDADE E CPF:
- e. ENDEREÇO e TELEFONE:

LOTE	ITEM	DESCRIPTIVO	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL
01	01	Troféu JUBs Ouro: Troféus com base em madeira de lei laqueada na cor preta com sobreposição de aço inox 304 escovado e fotografado na parte superior. A base do troféu será composta de 3 círculos de diâmetro com o primeiro medindo 18cm, o segundo e terceiro 14cm e 1,5cm de altura. O troféu na sua parte superior terá uma peça em aço carbono recortado a laser, de 8mm de espessura com altura e banho proporcional a colocação. Os dizeres e modalidades serão fotogravados nas placas acima das bases.	250		
	02	Troféu JUBs Prata: Troféus com base em madeira de lei laqueada na cor preta com sobreposição de aço inox 304 escovado e fotografado na parte superior. A base do troféu será composta de 3 círculos de diâmetro com o primeiro medindo 18cm, o segundo e terceiro 14cm e 1,5cm de altura. O troféu na sua parte superior terá uma peça em aço carbono recortado a laser, de 8mm de espessura com altura e banho proporcional a colocação. Os dizeres e modalidades serão fotogravados nas placas acima das bases.	175		
	03	Troféu JUBs Bronze: Troféus com base em madeira de lei laqueada na cor preta com sobreposição de aço inox 304 escovado e fotografado na parte superior. A base do troféu será composta de 3 círculos de diâmetro com o primeiro medindo 18cm, o segundo e terceiro 14cm e 1,5cm de altura. O troféu na sua parte superior terá uma peça em aço carbono recortado a laser, de 8mm de espessura com altura e banho proporcional a colocação. Os dizeres e modalidades serão fotogravados nas placas acima das bases.	175		
ITEM		DESCRIPTIVO	QUANT.	UNITÁRIO	TOTAL
	01	Troféu M.D.A.: Base em madeira de lei laqueada na cor preta, tamanho: 6x6x13cm de altura, com a inserção de acrílico cristal, tamanho 100x80x15mm. Com brasão da CBDU fundido em zamack recortado a	190		



	laser, inscrito e fixado no acrílico, nome do evento gravado a laser. Com placa de tamanho 12x5 em aço fotogravado na parte frontal da base.			
--	--	--	--	--

Obs.: A proposta deverá conter obrigatoriamente **VALOR UNITÁRIO e VALOR TOTAL**.

CONDIÇÕES GERAIS

Neste preço estão incluídas todas as despesas com frete, impostos e outros e entrega dos produtos na forma discriminada no termo de referência.

Nos valores acima elencados e para a apresentação desta proposta, foram consideradas todas as informações e condições constantes no Edital do Pregão Eletrônico nº. XX/2024 e seus Anexos.

O valor constante da Proposta Financeira está de acordo com os preços praticados no mercado e foram considerados todos os custos diretos e indiretos, inclusive frete, tributos e/ou taxas, impostos, encargos sociais e trabalhistas incidentes, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto.

Prazo de validade da proposta: 90 (noventa) dias.

Dados Bancários:

Banco: Agência nº: Conta Corrente nº:

A proponente declara que a proposta apresentada foi elaborada de maneira independente, de acordo com o que é estabelecido na Instrução Normativa n. 2 de 16 de setembro de 2009 da SLTI/MP.

LOCAL E DATA

ASSINATURA E CARIMBO DA PROPONENTE
(OBS.: REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA)

ANEXO III**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO SUPERVENIENTE IMPEDITIVO DA
HABILITAÇÃO, DE NÃO EMPREGO DE MENORES E DE CONHECIMENTO E ATENDIMENTO AOS
REQUISITOS DO EDITAL.**

Referência: Pregão Eletrônico nº XXX/2024

A empresa _____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, sob as penas da lei, que:

1. Em cumprimento ao disposto na Política de Compras da CBDU, cumpre plenamente os requisitos para habilitação fixados no Edital do Pregão Eletrônico nº ____/2024, portanto, apta a participar do certame;
2. Até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no processo seletivo em epígrafe, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, em conformidade com a Política de Compras da CBDU;
3. Não emprega menores com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e qualquer empregado menor de 16 (dezesesseis) anos, para fins do disposto na Política de Compras da CBDU, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

RESSALVA: Emprega menor(es), a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Observação: Preencher a ressalva acima, caso empregue menor na condição de “menor aprendiz”.

4. Que não se encontra inidônea e impedida de licitar e contratar com a administração pública ou, com a CBDU.
5. Conhecemos a responsabilidade quanto ao pagamento de taxa à Bolsa Brasileira de Mercadorias pela utilização de recursos de tecnologia da informação.

Local e Data

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)
O número do CNPJ deverá ser o mesmo da empresa participante.



ANEXO IV

MODELO REFERENCIAL DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Papel Preferencialmente Timbrado da empresa participante)

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Pregão nº XXX/2021

A pessoa jurídica _____, com endereço na _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, por seu representante legal infra-assinado, Sr./Sr.^a _____, RG nº _____, CPF nº _____, em cumprimento ao disposto na Política de Compras da CBDU, DECLARA, sob as penalidades da Lei, que cumpre plenamente os requisitos legais para qualificação como **Microempresas – ME, Empresas de Pequeno Porte – EPP e Microempreendedores Individuais – MEI**, portanto, apta a participar do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº ____/2024** e usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Brasília, ____ de _____ de 2024.

Assinatura, qualificação e carimbo (opcional)
- Representante Legal -



ANEXO V

MODELO DE ATESTADO (OU DECLARAÇÃO) DE CAPACIDADE TÉCNICA

Atestamos (ou declaramos) que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) nº _____, inscrição estadual nº _____, estabelecida no (a) _____, fornece (ou forneceu) _____ para este órgão (ou para esta empresa).

Atestamos (ou declaramos), ainda, que os compromissos assumidos pela empresa foram cumpridos satisfatoriamente, nada constando em nossos arquivos que o desabone comercial ou tecnicamente.


Local e data

Assinatura e carimbo do emissor



ANEXO VI

FICHA DE CADASTRO DE FORNECEDOR

	CADASTRO DE FORNECEDOR		
Fornecedor:	<input type="checkbox"/> Bens <input type="checkbox"/> Serviços <input type="checkbox"/> Ambos		
CNPJ/CPF:			
Razão Social:			
Endereço:			
Bairro:			
Cidade:			
UF:			
CEP:			
Telefone:			
FAX:			
E-mail:			
Responsável para Contato:			
Telefone do Responsável:			
E-mail do Responsável:			
Banco:	Agencia:	Conta Corrente:	
Inscrição Estadual:			
Inscrição Municipal:			
Atividade Econômica:			
Cooperativa:	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Empresa Simples ou Retenções?			
Empresa Simples:	Sim	Não	
(se sim, favor anexar a NF carta optante) (se não, preencher OS campos abaixo:)			
INSS:	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	<input type="checkbox"/> Isento-Nº Inscrição
ISS:	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
IR:	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
PIS:	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
COFINS:	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
CSLL	<input type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Outras:			
OBS:			
Declaro serem verídicas as informações acima.			
Assinatura e nome do representante legal:			



ANEXO VII

MODELO DE DECLARAÇÃO

Utilizar preferencialmente papel timbrado

Local, data.

DECLARAÇÃO DE MANUAL DE COMPLIANCE

A empresa XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, sociedade limitada/anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº xx.xxx.xxx/0004-xx, com sede na xxxxxxxxxxxx, neste ato representada pelo seu representante legal, Sr. (nome do profissional), inscrito no CPF sob o nº (número do CPF), vem, através da presente declarar que possui () manual de compliance (política anticorrupção) implementado junto a funcionários e colaboradores ou, () não possui manual de compliance implementado junto a funcionários e colaboradores.

Representante Legal
(Nome e cargo do representante legal da empresa)
Nome da Empresa

ANEXO VIII

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2024 – CBDU

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2024 – CBDU/DF

Pelo presente instrumento, a **CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO – CBDU**, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 42.467.787/0001-46, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, , doravante denominado **ÓRGÃO GERENCIADOR**, neste ato representado por seu Presidente **LUCIANO ATAYDE COSTA CABRAL**, RESOLVE registrar os preços da empresa indicada e qualificada nesta ATA, de acordo com a classificação por ela alcançada e nas quantidades previstas no Edital, sujeitando-se as partes às normas estabelecidas na **Política de Compras da CBDU**, para atender as demandas da **CBDU**.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVO

A presente Ata tem por objeto o **Registro de Preços para contratação, sob demanda, de empresa especializada visando o fornecimento de itens personalizados para utilização em eventos esportivos da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU**, estando vinculada a ela todas as regras, condições e demais anexos que compõem o Edital do Pregão Eletrônico SRP nº XX?2024, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independente de transcrição.

Parágrafo Primeiro – O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas nas propostas são as que seguem:

Nº	ITEM	DESCRIPTIVO	QTD	UNIDADE	VL UNITARIO	VL TOTAL

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços terá efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos e a contratada será responsável por cumprir as determinações referentes às Leis Trabalhistas e à Previdência Social, não respondendo a CBDU perante fornecedores ou terceiros, nem assumindo quaisquer responsabilidades por multas, salários ou indenizações a terceiros decorrentes do objeto do PE SRP XX/2024.

Parágrafo Primeiro - A vigência da Ata de Registro de Preços proveniente deste processo seletivo será de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada até o limite máximo previsto na Política de Compras da CBDU, desde que pesquisa de mercado demonstre que o preço atualizado se mantém vantajoso.

Parágrafo Segundo - Prorrogada a Ata de Registro de Preço, ficam restabelecidos os termos e as condições iniciais da ata, inclusive quantitativos.

Parágrafo Terceiro - Durante o prazo de validade da Ata de Registro de Preços, a CBDU não estará obrigada a adquirir o objeto registrado, exclusivamente, pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo por meio de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie ao fornecedor.

Parágrafo Quarto - A Ata de Registro de Preço poderá ser acrescida até o limite previsto na Política de Compras da CBDU, de seu quantitativo inicialmente registrado, mediante acordo entre as partes.

Parágrafo Quinto - A Ata somente será reajustada durante a sua vigência se a adjudicatária comprovar a alteração dos preços registrados e houver a devida verificação, pela CBDU, de que o novo preço está de acordo com o mercado.

Parágrafo Sexto - O valor registrado poderá ser reajustado pela variação do INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento da Ata em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.

Parágrafo Sétimo - A Ata de Registro de Preços com a vencedora não será assinada se esta não cumprir as condições legais de documentação exigida ou por motivo de força maior que inviabilize o fornecimento.

Parágrafo Oitavo - A CBDU poderá, até a assinatura da Ata, desclassificar a vencedora, por despacho fundamentado, sem direito à indenização ou ressarcimento e sem prejuízo de outras sanções cabíveis, se tiver informação fundada de qualquer fato ou circunstância, anterior ou posterior ao julgamento da licitação, que desabone sua qualificação técnica, habilitação jurídica, qualificação econômico-financeira ou regularidade fiscal.

Parágrafo Nono - Para que a Proposta Financeira da vencedora seja incorporada à Ata de Registro de Preços, os erros porventura existentes em suas planilhas deverão ser corrigidos.

Parágrafo Décimo - Para efeito de interpretações de divergências entre os documentos apresentados, fica estabelecida a competência da fiscalização da CBDU.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O gerenciamento deste instrumento caberá à **Confederação Brasileira do Desporto Universitário**.

Parágrafo único – A presente Ata de Registro de Preços poderá ser utilizada para aquisições do respectivo objeto, por qualquer federação e confederação que não tenha participado do processo seletivo.

CLÁUSULA QUARTA – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS DO FORNECEDOR

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada a qualquer tempo, mediante comunicação expressa da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes.

Parágrafo Primeiro - O Fornecedor deixará de ter o seu preço registrado quando:

- a) descumprir as condições assumidas na Ata de Registro de Preços;
- b) não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; e
- c) quando, justificadamente, não for mais do interesse da CBDU.

Parágrafo Segundo - Ficará a Ata cancelada de pleno direito, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:

- a) por inadimplência de qualquer das partes;
- b) falência ou liquidação do fornecedor;
- c) fusão ou incorporação à outra empresa, sem prévia e expressa concordância da CBDU; e
- d) incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé do fornecedor, devidamente comprovada.

CLÁUSULA QUINTA – DO(S) LOCAL(IS) E PRAZO(S) DE ENTREGA

A Contratada fica obrigada a fornecer os produtos nos endereços contidos na Ordem de Serviço emitida pelo Órgão Contratante

Parágrafo Único – O prazo para o início de fornecimento dos produtos e/ou serviços será de acordo com a necessidade da CBDU, conforme consta no Edital e respectivo Termo de Referência.

CLÁUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

A(s) empresa(s) beneficiária(s) desta Ata de Registro de Preços será convocada a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas no Edital e respectivo Termo de Referência.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA REVISÃO DE PREÇOS

Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento.

Parágrafo Primeiro - Os preços registrados que sofrerem revisão, não ultrapassarão os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

Parágrafo Segundo - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a CBDU solicitará ao(s) Fornecedor(es), mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao mercado.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital e seus Anexos.

Parágrafo único - É da competência do Gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses de adesão por outra federação ou confederação.

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

O ÓRGÃO GERENCIADOR fará publicar a presente Ata na página da CBDU e na plataforma BBMNET, após sua assinatura, nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA NONA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo ou Apostilamento, a presente Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

Parágrafo Primeiro – As Partes declaram que os dados pessoais coletados para a execução do presente Contrato serão utilizados com a estrita finalidade de cumprimento do objeto do Contrato, em completa observância com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.

Parágrafo Segundo - O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência do Contrato, após o qual serão permanentemente excluídos.

Parágrafo Terceiro - Integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico n. XX/2024 – CBDU e seus anexos e as propostas das empresas registradas nesta Ata.



Parágrafo Quarto - Poderá haver modificações nos locais da entrega dos materiais caso em que a CBDU notificará a empresa beneficiária.

Parágrafo Quinto - Os casos omissos serão resolvidos de acordo com a legislação pertinente à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

Fica eleito o foro da comarca desta cidade de Brasília - DF, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente.

Brasília – DF, ____ de _____ de 2024.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO
CONTRATANTE

CONTRATADA

ANEXO VIII

MINUTA DO CONTRATO Nº XXX/2024 – CBDU

PREGÃO ELETRÔNICO Nº xxx/2024 – CBDU/DF

Pelo presente instrumento, a CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO – CBDU, associação civil de natureza desportiva, sem fins econômicos, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ sob o nº 42.467.787/0001-46, com sede na SGAN 905, Conjunto D, Asa Norte, Brasília - DF, CEP: 70.790-054, , doravante denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente LUCIANO ATAYDE COSTA CABRAL de um lado, e do outro, a Empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrita no CNPJ sob o n.º XX.XXX.XXX/XXXX-XX, com Inscrição Estadual n.º XX.XXX.XXX, estabelecida no (endereço), (Estado/UF), CEP XX.XXX-XXX, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo seu sócio, Sr. XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Carteira de Identidade n.º XX.XXX.XXX, SSP/UF, inscrito no CPF sob o n.º XXX.XXX.XXX-XX, residente e domiciliado no (Estado/UF), resolvem firmar o presente Instrumento, mediante as Cláusulas e condições a seguir pactuadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Contrato tem por objeto a contratação, sob demanda, de empresa especializada visando o fornecimento de itens personalizados para utilização em eventos esportivos da Confederação Brasileira do Desporto Universitário – CBDU.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO

Vinculam-se ao presente Contrato todas as regras e condições estabelecidas na Proposta Financeira da CONTRATADA, no Edital do Pregão Eletrônico SRP n.º XX/2024, seus Anexos e adendos, caso haja, que passam a fazer parte integrante deste Instrumento.

Parágrafo único. A CONTRATADA não poderá alegar desconhecimento, no todo ou em parte, das regras estabelecidas no referido Instrumento Convocatório, sob pena de sofrer as sanções legais.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

O CONTRATANTE se obriga a pagar à CONTRATADA os seguintes valores:

Nº	ITEM	DESCRIPTIVO	QTD	UNIDADE	VL UNITARIO	VL TOTAL

--	--	--	--	--	--	--

Parágrafo primeiro. Os produtos deverão ser entregues conforme previsão constante no Termo de Referência, documento integrante à este contrato.

Parágrafo segundo. Os produtos serão solicitados de acordo com a necessidade efetivamente verificada ao longo do período, configurando-se o fornecimento sob demanda.

Parágrafo terceiro. Os produtos serão fornecidos de acordo com as necessidades da CBDU, devendo ser entregue impreterivelmente até 10 (dez) dias, a contar da solicitação formal.

- a) Para o evento que ocorrerá no Rio de Janeiro/RJ, a entrega deverão ocorrer impreterivelmente, até o dia 20/03/24.

Parágrafo quarto. O prazo de entrega poderá ser prorrogado, desde que devidamente autorizado pela CBDU. Toda prorrogação do prazo de entrega deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela CBDU, devendo a solicitação ser encaminhada à CBDU até 24 (vinte quatro) horas antes do término do prazo indicado acima.

Parágrafo quinto. As “artes” para a personalização dos produtos, bem como as cores e formato, serão fornecidas pelo CONTRATANTE, em formato digital e a cada solicitação.

Parágrafo sexto. Os troféus deverão ser entregues na cidade do Rio de Janeiro/RJ, Brasília-DF e/ou Recife/PE.

- a) No Rio de Janeiro/RJ a entrega deverá ser realizada no Windsor Barra Hotel localizado no endereço Av. Lúcio Costa, 2630 - Barra da Tijuca, Rio de Janeiro – RJ.
- b) Em Brasília/DF, a entrega ocorrerá na sede da CBDU.
- c) Havendo a necessidade da entregar ser realizada em local diverso do indicado no item 7.3, o mesmo deverá ser realizado sem ônus para a CBDU.

Parágrafo sétimo. A composição de custo deverá considerar a personalização dos itens, que ocorrerá a cada solicitação, respeitando as respectivas especificações, arcando a CONTRATADA com eventual subdimensionamento de sua proposta.

Parágrafo oitavo. Todas as despesas com material, embalagens, transporte e mão de obra necessários à entrega do produto correrão por conta da CONTRATADA.

Parágrafo nono. Se forem constatadas quaisquer irregularidades nos produtos fornecidos, será concedido prazo de 2 (dois) dias para que seja providenciada a respectiva substituição do produto.

Parágrafo décimo. A entrega deverá conter a quantidade total solicitada, não sendo permitidas entregas parceladas, sob pena de devolução dos produtos incompletos, bem como, poderá ser aplicado às penalidades previstas no edital.

Parágrafo décimo primeiro. A CBDU disponibilizará funcionário para o recebimento e conferência dos itens. Nesta fase, se forem constatadas quaisquer irregularidades, será concedido prazo de 2 (dois) dias para que seja providenciada a respectiva substituição.

Parágrafo décimo segundo. A CBDU poderá recusar o recebimento do produto, caso não esteja de acordo com as especificações técnicas, sem prejuízo das penalidades previstas neste instrumento

Parágrafo décimo terceiro. O recebimento não exclui a responsabilidade civil pela segurança dos produtos, nem ético-profissional pela perfeita entrega do objeto pactuado, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou por este instrumento.

Parágrafo décimo quarto. A empresa participante estará sujeita às disposições contidas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990) pelos defeitos ou vícios aparentes ou ocultos encontrados nos produtos que serão fornecidos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;
- e) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos.

Parágrafo único. A CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Caberá a CONTRATADA, a partir da autorização para fornecimento, o cumprimento das seguintes obrigações:

- a) observar as normas de qualidade determinadas por legislação própria vigente, a fim de garantir o fiel cumprimento deste instrumento.

- b) é obrigação da CONTRATADA a entrega dos produtos dentro do prazo solicitado, atendendo às especificações descritas neste termo, zelar pela qualidade do objeto entregue.
- c) nos preços propostos deverão estar inclusos todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros, frete até o destino e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a execução do objeto do presente processo seletivo, os quais ficarão a cargo única e exclusivamente da Contratada.
- d) não transferir a outrem, caucionar ou utilizar o objeto contratado para qualquer outra operação financeira, no todo ou em parte, sem prévia e expressa anuência da CONTRATANTE, sob pena e incorrer nas sanções previstas na Política de Compras da CBDU.
- e) Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste processo de seleção.
- f) A CONTRATADA deverá substituir ou reparar os materiais que, comprovadamente apresente condições de defeito ou em desconformidades com as especificações deste termo e padrões de qualidade exigidos, com defeito, vício ou má qualidade, no prazo de 02 (dois) dias contados da sua notificação.
- g) Responder aos questionamentos e atender à CONTRATANTE de imediato ou até o prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas do recebimento da comunicação, seja por qualquer via, inclusive e-mail ou telefone.
- h) Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralização de qualquer natureza.
- i) responsabilizar-se pelos prejuízos financeiros decorrentes da falha no fornecimento do produto.
- j) Indicar responsável da empresa para tratar com a CBDU.

Parágrafo Primeiro. A CONTRATADA se compromete ainda a:

- a) observar e cumprir rigorosamente todas as leis cabíveis, incluindo, mas não se limitando à legislação brasileira anticorrupção, a legislação brasileira contra a lavagem de dinheiro;
- b) garantir que não está envolvida ou irá se envolver, direta ou indiretamente, por meio de seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, partes relacionadas, durante o cumprimento das obrigações previstas no Contrato, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das leis anticorrupção;
- c) garantir que não se encontra, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, direta ou indiretamente;
- d) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção;
- e) no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foi condenada ou indiciada sob a acusação de corrupção ou suborno;
- f) suspeita de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro por qualquer entidade governamental;
- g) sujeita à restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental;
- h) garantir que, direta ou indiretamente, não irá receber, transferir, manter, usar ou esconder recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como não irá contratar como empregado ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas em atividades criminosas, em especial pessoas investigadas pelos delitos previstos nas leis anticorrupção, de lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e terrorismo;
- i) notificar prontamente, por escrito, a CBDU a respeito de qualquer suspeita ou violação do disposto nas

leis anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista neste item.

Parágrafo Segundo. O não cumprimento pela CONTRATADA das leis anticorrupção e/ou do disposto neste item será considerado uma infração grave ao contrato a ser efetivado e conferirá a CONTRATANTE o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente o CONTRATO, sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a participante responsável por eventuais perdas e danos.

Parágrafo Terceiro. Em hipótese alguma haverá vínculo empregatício entre os profissionais envolvidos na execução dos trabalhos decorrentes deste Contrato e o CONTRATANTE, quer sejam prestadores de serviços, empregados, prepostos da CONTRATADA ou por qualquer forma por ela credenciados ou autorizados, permanecendo os mesmos vinculados às pessoas jurídicas às quais estejam subordinados.

Parágrafo Quarto. Não obstante a total desvinculação trabalhista explicitada no item acima, na hipótese de ocorrer qualquer demanda por parte de empregados da CONTRATADA diretamente contra o CONTRATANTE ou mesmo solidariamente, obriga-se a CONTRATADA a ressarcir ao CONTRATANTE o valor despendido por esta, devidamente corrigido desde a data do efetivo desembolso, inclusive despesas processuais e honorários advocatícios.

Parágrafo Quinto. O CONTRATANTE não será responsável por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, quando não forem prévia e expressamente autorizados pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Sexto. Todas as obrigações aqui assumidas pela CONTRATADA são de sua inteira e exclusiva responsabilidade.

Parágrafo Sétimo. A CONTRATADA é diretamente responsável pelos atos de seus empregados e prepostos, bem como pelos terceiros por ela contratados ou de qualquer forma autorizados ou credenciados.

CLÁUSULA SEXTA – DA VIGÊNCIA

A vigência será de até 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura, podendo ser prorrogada, de comum acordo, por períodos iguais e sucessivos até o limite previsto na Política de Compras da CBDU, desde que as partes se manifestem por escrito, com antecedência de 30 (trinta) dias do término do Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido a qualquer tempo, mediante comunicação expressa da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, não cabendo, neste caso, qualquer indenização às partes.

Parágrafo primeiro. O não cumprimento de qualquer Cláusula ou condição deste Contrato importará na sua rescisão imediata, a critério da parte adimplente, independente de aviso.

Parágrafo segundo. Expirado o prazo estabelecido, e caso não haja interesse em sua renovação, expressamente manifestado, os serviços efetivamente prestados decorrentes desta contratação deverão ser cobrados em um prazo máximo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo terceiro. Ficará o presente Contrato rescindido de pleno direito, independente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial nos seguintes casos:

- a) por inadimplência de qualquer das partes;
- b) falência ou liquidação da CONTRATADA;
- c) fusão ou incorporação à outra empresa, sem prévia e expressa concordância do CONTRATANTE; e
- d) incapacidade, desaparecimento, inidoneidade técnica ou má-fé da CONTRATADA, devidamente comprovada.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

A CONTRATADA ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pelo CBDU, inexecução parcial ou inexecução total da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia defesa, às seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de:
 - 1. 0,5% (cinco décimos por cento) ao dia sobre o valor atualizado do contrato, limitada a incidência a 05 (cinco) dias. Após o 5º (quinto) dia e a critério do CBDU, no caso de cumprimento com atraso, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - 2. 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado do contrato, em caso de atraso no cumprimento, por período superior ao previsto no item “a”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - 3. 30% (trinta por cento) sobre o valor atualizado do contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida, não estando prejudicada a adoção dos procedimentos necessários para a devolução do montante pago à CONTRATADA;
 - 4. Nos casos previstos nos itens acima a multa será acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês até a data do efetivo pagamento;
- c) suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a CBDU, por um prazo de até 2 (dois) anos, inclusive quando recusar-se a assinar o Contrato, não mantiver a Proposta Financeira, apresentar declaração ou documentos falsos ou por reincidência de penalidade aplicada anteriormente;

Parágrafo primeiro. As sanções de multa poderão ser aplicadas à CONTRATADA em concomitância com a sanção de advertência, declaração de inidoneidade, e/ou suspensão temporária para licitar com a CBDU, descontando o prejuízo apurado do pagamento a ser efetuado, se for o caso.

Parágrafo segundo. As penalidades previstas no Termo de Referência não poderão ser relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

Parágrafo terceiro. Após a aplicação de qualquer penalidade será feita comunicação escrita à CONTRATADA e publicação no Diário Oficial, constando o fundamento legal, excluídas os casos de aplicação das penalidades de advertência e multa de mora.

Parágrafo quarto. As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da notificação, em conta bancária a ser informada pelo CONTRATANTE.

Parágrafo quinto. Os valores das multas poderão ser descontados dos pagamentos devidos pela Administração ou cobrados diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega do material / serviço, apresentação da nota fiscal e aceite pelo fiscal do contrato.

Parágrafo primeiro. Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA na pendência de qualquer uma das situações abaixo especificadas, sem que isso gere direito a alteração de preços ou compensação financeira:

- ii. Atestação de conformidade da entrega do(s) materiais/serviços;
- iii. Comprovação de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- iv. Comprovação de regularidade com às Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede;
- v. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

Parágrafo segundo. O pagamento será creditado em nome da CONTRATADA, mediante ordem bancária em conta corrente por ela indicada.

Parágrafo terceiro. Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento passará a ser contado a partir da data da sua reapresentação.

Parágrafo quarto. Em caso de ausência ou irregularidade nas Certidões de regularidade fiscal e trabalhista, o prazo de pagamento será contado a partir da sua (re)apresentação, devidamente regularizadas.

Parágrafo quinto. A CBDU se reserva ao direito de recusar o pagamento se, no ato da atestação, o objeto não estiver de acordo com as especificações apresentadas e aceitas.

Parágrafo sexto. A CBDU poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

O presente Contrato não sofrerá reajuste durante o 1º (primeiro) ano de vigência, qualquer que seja a justificativa, salvo por disposições legais.

Parágrafo único. Havendo interesse na renovação, o valor contratado poderá ser reajustado pela variação do

INPC/IBGE, considerando, para apuração do índice de reajuste, os 12 (doze) meses anteriores ao penúltimo mês de vencimento do Contrato em vigor, mediante comunicação por escrito com, pelos menos, 30 (trinta) dias de antecedência ou acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO

A gestão do presente Contrato será realizada pelo CONTRATANTE, por intermédio do(a) Diretor de Esportes e Eventos, em função do objeto estar vinculado àquela Diretoria.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PROTEÇÃO DE DADOS

A CBDU declara que todos os dados pessoais coletados para os fins da execução deste edital serão tratados em conformidade com os princípios e direitos previstos pela Lei Federal n. 13.709/2018 (“Lei Geral de Proteção de Dados”) e com a Política Interna de Proteção de Dados da CBDU.

Parágrafo único - O tratamento dos dados pessoais coletados será realizado pelo período que durar a vigência do Edital, após o qual serão permanentemente excluídos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

De acordo com a legislação vigente, o Contrato poderá sofrer acréscimos, de acordo com a necessidade da CBDU, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor da global atualizado do contrato, mediante justificativa e termo aditivo. As supressões poderão ser realizadas nos limites estabelecidos entre as partes.

Parágrafo primeiro. Fica expressamente proibido à CONTRATADA subcontratar outras empresas para realizar o objeto deste Contrato, a não ser com expressa autorização do CONTRATANTE

Parágrafo segundo. Durante a vigência deste Contrato, qualquer comunicação entre as partes deverá ser feita por escrito.

Parágrafo terceiro. Toda e qualquer alteração contratual só poderá ser realizada por meio de Termo Aditivo.

Parágrafo quarto. Além das obrigações previstas no presente Edital, a CONTRATADA é responsável por danos causados por negligência, imperícia ou imprudência, causados a terceiros, nos termos do arts. 186 e 927 do Código Civil Brasileiro.

Parágrafo quinto. Os casos de incorreções que apresentem vícios de ilegalidade ensejarão a rescisão do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro de Brasília - DF, com renúncia expressa de qualquer outro, para dirimir dúvidas porventura decorrentes do presente Contrato.



**Confederação
Brasileira
Do Desporto
Universitário**

CBDU

Folha nº 59

Rub. _____

E por estarem de acordo, assinam, digitalmente/eletronicamente, o presente Instrumento para que se alcancem os efeitos jurídicos desejados, ficando garantido à CONTRATADA a possibilidade de assinatura em meio físico, caso não possua assinatura com certificação digital.

Brasília – DF, ____ de _____ de 2024.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DO DESPORTO UNIVERSITÁRIO
CONTRATANTE

CONTRATADA



ANEXO X

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA QUE ATENDE OS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL, previstos no art. 7º da Lei distrital nº 4.770/2012, em especial que produz/comercializa bens: a) constituídos por material reciclado, atóxico e biodegradável, na forma das normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas –ABNT; b) que ofereçam menor impacto ambiental em relação aos seus similares; c) que não contém substâncias perigosas acima dos padrões tecnicamente recomendados por organismos nacionais ou internacionais; d) acondicionados em embalagem adequada, feita com a utilização de material reciclável, com o menor volume possível; e) que funcionem com baixo consumo de energia ou de água; f) que sejam potencialmente menos agressivos ao meio ambiente ou que, em sua produção, signifiquem economia no consumo de recursos naturais; g) que possuam certificado emitido pelos órgãos ambientais; h) que possuam certificação de procedência de produtos.

Cidade - UF, de 2024

(nome e número da identidade do declarante/ Assinatura)

(este documento deverá ser impresso em papel timbrado da empresa participante)